



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO DE PROFESSOR EBTB SUBSTITUTO

1.		Foto 3x4;
2.		Certidão de Registo Civil – de Nascimento, Casamento, inclusive, se for o caso, com Averbação de Estado Civil – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> ;
3.		Carteira de Identidade (RG) – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> ;
4.		Cartão de Pessoa Física (CPF) – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> ;
5.		Certificado de Reservista (somente se for do sexo masculino) – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> ;
6.		PIS/PASEP – <u>Xérox Comum</u> ;
7.		Título de Eleitor e Comprovantes da última votação (1º e 2º Turno) – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> ;
8.		Declaração de Imposto de Renda ;
9.		Carteira de Trabalho (Página do Número do Registo da Carteira com a Foto – Frente e Verso/ Página que consta o Registo do Primeiro Emprego) – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> ;
10.		Cartão do Banco da Conta Salário/Corrente – <u>Xérox Comum</u> ;
11.		Comprovante de Residência Atual (Água, Luz, IPTU, Telefone Residencial ou Contrato de Locação) – <u>Xérox Comum</u> ;
12.		Currículo Lattes;
13.		Diploma do curso exigido para admissão – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> ;
14.		Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão – <u>Xérox Autenticada em Cartório</u> – <u>apenas se o cargo exigir</u> ;
15.		Atestado Médico do IFF (Agendar Perícia Médica Admissional Após Entrega de Documentação pelo Telefone: (22) 2737-5683).

FORMULÁRIOS A SEREM PREENCHIDOS E DISPONÍVEIS NO SITE DO IFF

<http://portal1.iff.edu.br/painel-do-servidor/requerimentos-vida-funcional-e-legislacao/formularios-admissionais/relacao-de-formularios-admissionais/formularios-admissionais-substituto.pdf/view>

1.		Cadastro Base
2.		Declaração de Acumulação/Não Acumulação com documentos comprobatórios e os respectivos horários;
3.		Declaração de Não Haver Sido Demitido;
4.		Declaração de Não Receber Auxílio Desemprego;
5.		Termo de Opção de Auxílio Alimentação;
6.		Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física;
7.		Declaração de Bens (Para Isentos da Declaração do Imposto de Renda);
8.		Inclusão de Participante no PASEP – <u>somente se não possuir o cadastro no PIS/PASEP</u> ;
9.		Declaração de não haver sido contratado pela Lei 8.745/93 nos últimos 24 meses;

Assinatura do Conferente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
CADASTRO BASE

DADOS PESSOAIS

Nome de Registro: _____

Nome Social: _____

Estado Civil: _____ Sexo: () Feminino () Masculino Tipo Sanguíneo: _____

Cor: () Branca () Amarela () Indígena () Parda () Preta () Não Declarada

Pai: _____

Mãe: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Cidade de Nascimento: _____ UF: _____

Deficiência: () Não () Sim: _____ País: _____

Foto 3x4

DOCUMENTAÇÃO

CPF: _____ PIS/PASEP: _____

RG: _____ Órgão Emissor: _____ UF: _____ Data: ____/____/____

Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____ UF: _____ Data: ____/____/____

CTPS: _____ Série: _____ UF: _____ Data do 1º Emprego: ____/____/____

Reservista: _____ Órgão: _____ Série: _____

Registro de Classe: _____ Órgão Emissor: _____ UF: _____ Data: ____/____/____

RESIDÊNCIA

Endereço: _____ CEP: _____ -

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

Celular: () _____ Telefone: () _____ Email: _____

Telefone de Contato: () _____ Nome: _____ Parentesco: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Nome: _____ CPF: _____

Cargo: _____

Regime de Trabalho: _____ Unidade de Lotação: _____

Declaro em face do disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal e no parágrafo 5º do artigo 13 da Lei nº 8.112/90, que:

Não ocupo qualquer cargo/emprego/função em Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, na Administração Direta ou Indireta, incluindo Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder **Público**.

Não exerço qualquer atividade remunerada na iniciativa **Privada**/ Profissional Liberal/ Autônomo.

Ocupo outro cargo/emprego/função pública ou privada de:

Nome da Entidade: _____ UF: _____

Cargo: _____ Órgão: () Municipal () Estadual () Federal () Privado

Escolaridade do Cargo: _____ Data de Ingresso: ____/____/____

Área de Atuação (exceto privado): () Saúde () Magistério () Técnico/Científico

Carga Horária Semanal: () 20h () 30h () 40h () Outro: _____

- Anexar uma cópia do último contracheque.

Percebo aposentadoria:

Nome da Entidade: _____ UF: _____

Cargo: _____ Órgão: () Municipal () Estadual () Federal () Privado

Escolaridade do Cargo: _____

Área de Atuação (exceto privado): () Saúde () Magistério () Técnico/Científico

Carga do cargo que exerceu: () 20h () 30h () 40h () Outro: _____

Data de Vigência da Aposentadoria: ____/____/____ Ato e Fundamento Legal da Aposentadoria: _____

- Anexar uma cópia do último contracheque.

Percebo pensão:

Nome da Entidade: _____

Órgão: () Municipal () Estadual () Federal () Privado Grau de Parentesco: _____ UF: _____

Data de Início da Concessão: ____/____/____ Ato e Fundamento Legal da Pensão: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Solicitarei vacância/exoneração em órgão público:	
Nome da Entidade: _____ UF: _____	
Cargo: _____ Órgão: () Municipal () Estadual () Federal	
Data da Vacância/Exoneração: ____/____/____ Portaria da Vacância/Exoneração: _____	
- Anexar uma cópia do comprovante do pedido de vacância/exoneração.	
Cumprirei aviso prévio ou cláusula de contrato de trabalho :	
Nome da Empresa: _____ UF: _____	
Data do Desligamento: ____/____/____ - Anexar uma cópia do comprovante de desligamento.	
<p>Declaro que tomei conhecimento do inteiro teor das normas transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.</p> <p>Declaro, ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de caracterização do crime tipificado no art. 299 do Código Penal.</p> <p>Comprometo-me a comunicar a Pró-Reitoria de Desenvolvimento da Convivência Humana qualquer alteração nesta situação.</p>	
<p style="text-align: center;">Constituição Federal</p> <p>Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:</p> <p>XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:</p> <ul style="list-style-type: none">a) a de dois cargos de professor;b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; <p style="text-align: center;">Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</p> <p>Art. 13 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.</p> <p>§ 5º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.</p> <p style="text-align: center;">Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.</p>	

_____, _____/____/____, _____

Local **Data** **Assinatura**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER SIDO DEMITIDO

Nome: _____ CPF: _____

Cargo: _____ RG: _____

Declaro, para fins de contratação, em virtude de aprovação em Processo Seletivo para professor substituto realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, não haver sido demitido ou destituído de Cargo em Comissão de Serviço Público Federal nos termos do art. 137e seu parágrafo único, da Lei 8.112 de 11/12/1990.

Declaro, ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de caracterização do crime tipificado no art. 299 do Código Penal.

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Art. 137 – A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117 – Ao servidor é proibido:

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto ao órgão ou à entidade pública em que estiver lotado ou em exercício, exceto quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro;

Art. 132 – A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I – crime contra a administração pública;

IV – improbidade administrativa;

VIII – aplicação irregular de dinheiros públicos;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI – corrupção;

Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

_____,
Local

____/____/_____
Data

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

TERMO DE OPÇÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Nome: _____ Cargo: _____

Regime de Trabalho: _____ Unidade de Lotação: _____

	Desejo receber o benefício Auxílio Alimentação por não perceber idêntico benefício em outro órgão público ou empresa vinculada à iniciativa privada, conforme o exposto no Decreto n° 3.887, de 16 de agosto de 2001 e autorizo a correspondente consignação em folha de pagamento, nos termos estabelecidos no Programa de Auxílio Alimentação.
	Não desejo receber o benefício Auxílio Alimentação .

Declaro que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de caracterização do crime tipificado no art. 299 do Código Penal.

Decreto n° 3.887, de 16 de agosto de 2001

Art. 1° - O auxílio-alimentação será concedido a todos os servidores civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, independentemente da jornada de trabalho, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo.

Art. 4° - O auxílio-alimentação não será:

IV - acumulável com outros de espécie semelhante, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

_____, _____ / ____ / _____
Local **Data** **Assinatura**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

AUTORIZAÇÃO DE ACESSO À DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: _____

Cargo/Função: _____ Código do Cargo/Função: _____ CPF: _____

Unidade de Lotação: _____ Ramal: _____

- Código do Cargo/Função: NES, DAS, GR, FCT, FG, CD, CAS, CCD, CCT, CGE. Este campo só deve ser preenchido se este for o caso.

Autorizo, para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tenho em vista o disposto no § 2º do art. 3º do decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Nota: Todo agente público, no âmbito do Poder Executivo Federal, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do IRPF, com as respectivas retificações, apresentadas à SRF/MF ou apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Recursos Humanos da Unidade em sua pasta funcional. Consideram-se agentes públicos, os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, de qualquer nível ou natureza, os empregados públicos, os diretores e empregados de empresas estatais, os agentes que exercem mandato em órgão e conselhos de caráter deliberativo e aqueles contratados por tempo determinado, nos termos da Lei nº 8.745/93 (vide art. 1º da Portaria Interministerial nº 298 – CGU/MP/2007).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992

Art. 13 – A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2º deste artigo.

Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005

Art. 3º - Os agentes públicos de que trata este Decreto atualizarão, em formulário próprio, anualmente e no momento em que deixarem o cargo, emprego ou função, a declaração dos bens e valores, com a indicação da respectiva variação patrimonial ocorrida.

§ 2º O cumprimento do disposto no § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, poderá, a critério do agente público, realizar-se mediante autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações.

_____,
Local

____/____/_____
Data

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
INCLUSÃO DE PARTICIPANTE - PASEP

Nome do Participante: _____		
Data de Nascimento: ____/____/____	Sexo: _____	CPF: _____
Nacionalidade: _____	Naturalidade: _____	UF: _____
Pai: _____		
Mãe: _____		
Endereço: _____		CEP: _____
Bairro: _____	Município: _____	UF: _____
RG: _____	Órgão Emissor: _____	UF: ____ Data de Emissão: ____/____/____
Título de Eleitor: _____	Zona: _____	Seção: _____
CTPS n°: _____	N° Série CTPS: _____	UF: _____
Data Emissão CTPS: ____/____/____	Ano do Primeiro Emprego: _____	

_____, ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Responsável de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER SIDO CONTRATADO PELA LEI 8.745/93 NOS ÚLTIMOS 24 MESES

Nome: _____ CPF: _____

Cargo: _____ RG: _____

Declaro, para fins de contratação com o Professor Substituto neste IFFluminense em virtude de aprovação em Processo Seletivo realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense pelo Edital n° _____, de ____/____/_____, e homologado pelo Edital n° _____, de ____/____/_____, não haver sido contratado em qualquer órgão da administração pública federal nos termos do art. 9º, inciso III, da lei 8.745/93.

Declaro, ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de caracterização do crime tipificado no art. 299 do Código Penal.

Lei n° 8.745, de 09 de dezembro de 1993

Art. 9º – O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

III – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorrido 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I e IX do art. 2º desta Lei, mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5º desta Lei.

Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

_____,
Local

_____/_____/_____
Data

Assinatura